RECLAMAÇÃO

Direção-Geral da Administração da Justiça / **Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa - Moita - JL Cível - Juízo 2**

Assunto: Reclamação por morosidade excessiva e erro de tramitação/notificação do Processo de Inventário n.º **941/25.2T8MTA**

Exmo(a). Senhor(a) Administrador(a) Judiciário(a) e demais entidades de fiscalização da Direção-Geral da Administração da Justiça,

Venho, por este meio, apresentar reclamação formal relativa ao funcionamento da secretaria judicial do Tribunal Judicial da Comarca da Moita, no âmbito do processo de inventário acima identificado, com base nos seguintes factos:

No início de fevereiro de 2026, foi submetida uma impugnação à relação de bens apresentada pela cabeça de casal. Tratando-se de um ato que requer um despacho de mero expediente para contraditório, o tribunal demorou cerca de 75 dias (até 16/04/2026) para proferir tal decisão, ultrapassando largamente o prazo legal de 10 dias previsto no Artigo 152.º do CPC.

O referido despacho foi assinado em 16/04/2026, mas permaneceu como documento "avulso" perdido no meio do processo, na secretaria sem ser processado ou notificado. Esta omissão administrativa só foi detectada e corrigida a 04/05/2026, após a minha comparência presencial nos serviços para consulta do processo. Sem a minha diligência pessoal, o processo permaneceria parado indefinidamente por erro exclusivo dos serviços.

O atraso acumulado causa um prejuízo direto e crescente. A paragem administrativa impede-me de avançar com os mecanismos legais para travar a **sonegação de bens**, bem como **dissipação de património** por parte da cabeça de casal e para obter a justa **indemnização por privação de uso do imóvel**, o recebimento de **rendas devidas** e a reparação por **danos materiais e não materiais (morais).** Cada falha da secretaria facilita o descaminho de bens, prolonga o enriquecimento sem causa da outra parte e agrava o meu sofrimento psicológico e financeiro, tornando o Estado corresponsável pelo agravamento destes danos.

Foi alegada verbalmente e de forma reiterada a falta de recursos humanos pelas funcionárias da respetiva secretaria. Embora compreenda as limitações do sistema, não posso aceitar que a carência de meios do Estado resulte na suspensão factual dos meus direitos e na violação sistemática dos prazos processuais, favorecendo quem oculta bens da herança.

Pelo exposto, solicito que esta reclamação seja analisada pela tutela, no sentido de se imprimirem as diligências necessárias para que a tramitação recupere a celeridade devida, garantindo a integridade do património e a proteção dos meus direitos legítimos.

Fico a aguardar a vossa resposta sobre as medidas tomadas para a regularização desta situação.

Com os meus melhores cumprimentos,

Carla Marina Fernandes

Assinado por: Carla Marina Tomé Fernandes
Identificação: BI09879619
Data: 2026-05-14 às 00:12:09

Nota:

Os documentos comprovativos constam do processo de inventário anteriormente identificado, disponível para consulta na plataforma CITIUS